

A Geografia do Desenvolvimento Rural no Mundo em Desenvolvimento

Regina Salvador¹

1. Introdução

A Globalização e a crescente urbanização mundial parecem fazer esquecer que é ainda no mundo rural que vive a maioria da população do mundo em desenvolvimento: 3 dos 5.1 mil milhões de habitantes (Dixon *et al*, 2001: 1). Cerca de 3/4 das pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia (1.2 mil milhões de pessoas) residem e trabalham nas áreas rurais (Sarris, 2001: 2).

Desde o fim do período colonial, os governos têm favorecido as áreas urbanas. A dispersão geográfica e as difíceis vias de acesso tornam menos *audível* a voz política das populações rurais. Há também um desconhecimento generalizado sobre estas áreas: a experiência dos técnicos está, em geral, confinada às cidades. As poucas visitas ocorrem durante a estação seca (quando é mais confortável viajar) enquanto que é na estação das chuvas que a actividade agrícola é maior e que os problemas são mais visíveis. As próprias populações tendem a esconder os núcleos de maior pobreza ou com mais problemas dentro da sua comunidade. Os representantes desta são da elite local e apenas do sexo masculino, pelo que não traduzem todos os pontos de vista da população.

A partir dos anos 80, as estratégias de desenvolvimento que, até então, se centravam num planeamento *top-down*, passaram a privilegiar estratégias do tipo *bottom-up*, envolvendo outros vectores que não apenas o agrícola. A inclusão da questão ambiental e da necessidade de envolvimento das populações vieram igualmente enriquecer o já complexo conceito de “desenvolvimento rural”. Organizações como o Banco Mundial defenderam a necessidade de planos integrados que visassem não apenas a produção, mas também os serviços de saúde, educação, transportes, comercialização. Por último, é ainda de referir a participação crescente das Organizações Não Governamentais (ONG).

2. A Agricultura como Vector do Desenvolvimento Rural

2.1. O Papel da Agricultura no Crescimento Económico

Na verdade, não só grande parte da população dos países menos desenvolvidos trabalha na agricultura (68% em África, 64% no Sul da Ásia, 62% no Este da Ásia e 29%

¹ Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

na América Latina) como “*in most traditional societies, agriculture is not merely an occupation or a source of income; it is a way of life*” (Gillis *et al.*, 1996: 317).

A agricultura é o único sector que produz alimentos, sem os quais a Humanidade não consegue viver e para os quais não existem (ainda) substitutos. Assim, ou são produzidos no próprio país ou têm de ser importados, o que é problemático quando os recursos financeiros são escassos.

Muitos autores consideram os alimentos como bens estratégicos, não podendo um país ficar “nas mãos” de estranhos para se alimentar. Outros argumentam ainda com a possibilidade de uma crise alimentar mundial: o crescimento da população está a consumir os excedentes alimentares e os países dependentes terão de pagar preços elevadíssimos para se conseguirem abastecer. A redução da terra arável disponível por pessoa, devido ao aumento populacional e à degradação das terras poderá levar a uma potencial situação de escassez de terras (Mapa I).

MAPA I
PAÍSES COM ESCASSEZ DE TERRAS AGRÍCOLAS EM 2025



Fonte : extraído de Hammond (1998).

No entanto, Manuela Silva (2001: 5) defende que o problema não estará na falta de recursos: “*não faltam alimentos, mas sim justiça distributiva; não precisamos de tecnologias de produção, mas sim de paz e de uma economia que não veja a pobreza como uma fatalidade; há que exigir programas de auto-suficiência local e não aceitar que se acumulem iniquidades na distribuição da terra e da riqueza*”. Assim, o perigo de uma crise alimentar no longo prazo não reside tanto na impossibilidade da Terra produzir alimentos. O verdadeiro perigo está na existência de barreiras económicas e sociais, que impedem a distribuição da produção pelos mais pobres. Por exemplo, na Costa Rica, a produção de carne duplicou entre 1959 e 1972, mas o seu consumo per capita diminuiu 37% no mesmo período (Silva, 2001: 5). Também a má distribuição dos alimentos tem originado fomes localizadas: na década de 80, no Corno de África, a fome matou mais de 300.000 pessoas, enquanto as exportações de culturas como o algodão ou o linho (produzidas nas terras mais férteis) se mantiveram constantes.

2.2. - A Transição da Agricultura de Subsistência para a Agricultura Comercial

Passamos a apresentar uma breve sùmula dos dois sistemas de produção existentes no mundo em desenvolvimento, a agricultura de subsistência e a agricultura moderna.

A agricultura de subsistência extensiva é praticada por menos de 5% da população mundial, embora ocupe uma vasta área da superfície terrestre, sobretudo em áreas com densidades populacionais muito reduzidas (menos de 3 hab./ km²), associadas a climas frios e secos ou a climas tropicais. A agricultura de subsistência intensiva existe nas regiões mais densamente povoadas, com crescimento populacional muito rápido: a Ásia do Sul e o Extremo Oriente. Cerca de 2/3 do total de agricultores no mundo estão envolvidos neste sistema agrícola, em que o arroz é a cultura dominante, alimentando 60% da população do planeta (Fik, 2000: 194). A produção destina-se ao auto-consumo, os excedentes praticamente inexistentes e a produtividade é baixa. Também a água condiciona uma actividade agrícola de subsistência, muito dependente das condições climáticas. A agricultura de subsistência é uma aventura arriscada e incerta. O agricultor opta pelos cultivos e tecnologias tradicionais, em vez dos que prometem rendimentos superiores, mas que acarretam maiores riscos. Assim, tentativas de modernização devem ter em atenção não só as condições naturais e económicas locais, mas sobretudo, as atitudes e os valores dos produtores.

QUADRO I

Principais Países Produtores e Respectivo Peso na Produção Mundial (em %)

Colheita	1º	2º	3º	4º
Banana (*)	Equador (24,3)	Costa Rica (15,5)	Colômbia (13,4)	Honduras (7,6)
Cacau	Costa do Marfim (31,6)	Brasil (14,1)	Gana (11,2)	Malásia (9,6)
Café	Brasil (23,7)	Colômbia (15,8)	Indonésia (6,9)	México (5,4)
Copra	Filipinas (40,0)	Indonésia (26,7)	Índia (8,8)	México (3,7)
Óleo de Palma	Malásia (51,5)	Indonésia (22,8)	Nigéria (7,1)	Tailândia (2,0)
Borracha (natural)	Indonésia (25,1)	Malásia (24,5)	Tailândia (23,8)	Índia (6,4)
Açúcar de cana	Índia (17,5)	Brasil (12,2)	Cuba (10,2)	China (7,8)
Chá	Índia (28,4)	China (22,4)	Sri Lanka (8,8)	Indonésia (6,3)

Fonte: adaptado de Fik (2000: 200)

No mundo em desenvolvimento a agricultura comercial constitui uma importante actividade exportadora. O tipo extensivo domina, embora possam existir bolsas de agricultura intensiva, muito limitadas geograficamente. Embora as propriedades agrícolas tenham dimensões diversas, o traço comum é a utilização intensiva de capital e de técnicas de produção que reduzem a necessidade de mão-de-obra.

3. - Vectores Não Agrícolas do Desenvolvimento Rural

Passamos a referir os domínios de intervenção que devem fazer parte duma estratégia de desenvolvimento rural.

Em termos gerais, existem duas fontes principais de inovação tecnológica. A primeira, conhecida por “pacote mecânico”, consiste na mecanização da agricultura, com vista ao aumento da produção por trabalhador, especialmente onde a terra é cultivada de forma extensiva e o trabalho é escasso. Mas a utilização de maquinaria pode revelar-

se prejudicial, pois o seu uso eficiente requer grandes extensões de terra. Além disso, as técnicas mecanizadas tendem a excluir as mulheres: embora a sua participação seja decisiva, os projectos de desenvolvimento continuam a excluí-las. As mulheres têm um papel crucial: Todaro (1997: 315) refere que, para além das actividades domésticas, elas representam 60% a 80% do trabalho agrícola em África e na Ásia e cerca de 40% na América Latina!

A segunda fonte de inovação tecnológica, designada por “pacote biológico”, compreende um conjunto de inovações biológicas (engenharia genética), químicas (fertilizantes, pesticidas) e de controlo da água (irrigação) que fazem subir os rendimentos por hectare. Estas inovações, conhecidas por “Revolução Verde”² não necessitam de capital ou de equipamento considerável. Parecem assim particularmente apropriadas para as regiões em desenvolvimento – assumindo-se que são viáveis tanto em pequenas como em grandes propriedades – e que os rendimentos dos agricultores podem ser acrescidos, sem aumentar as desigualdades. A “Revolução Verde” teve impactos sociais e regionais desiguais: “cerca de 40 anos depois do seu lançamento (...) há hoje mais gente a morrer à fome do que em qualquer outro momento da nossa história – e entretanto o passivo ambiental não cessou de aumentar” (Silva, 2001: 5). Segundo a FAO, cerca de 80% das crianças com fome no vivem em países com excedentes alimentares.

MAPA II

PAÍSES QUE MAIS BENEFICIARAM DAS TECNOLOGIAS DA “REVOLUÇÃO VERDE”



Fonte: adaptado de Fisher (1995: 80).

Interessa ainda abordar a questão da água como componente chave do “pacote biológico”, pois as novas variedades de plantas, utilizando mais fertilizantes, exigem um fornecimento de água adequado e oportuno. São necessárias obras para a expansão das áreas irrigadas, mas mesmo que se construa um dique e os canais principais para levar a água até aos campos, muitos agricultores não constroem e/ou mantêm os canais para as suas propriedades. Além disso, estas construções têm consequências ecológicas, como sedimentos que se acumulam ou alterações dos cursos dos rios. O Sul e o Sudeste Asiático representam mais de metade da área irrigada no mundo em desenvolvimento (Potter *et al*, 1999: 278). Em África a sua expansão é muito mais lenta, concentrando-se em países como o Sudão e o Egipto (Idem: 279). Mas o aspecto de maior acuidade é a escassez do

² A Revolução Verde teve início nos anos 60 e consistiu na aplicação de sementes de variedades híbridas modificadas geneticamente, com crescimento rápido e elevado rendimento (resistentes às doenças e secas), fertilizantes químicos, pesticidas, herbicidas e tecnologia avançada de análise dos solos (Fik, 2000: 123).

“recurso água” e a degradação da sua qualidade. Já em 1995, existiam 31 países – com uma população de mais de 458 milhões de pessoas – que apresentavam escassez de água ou *stress hídrico*, prevendo-se que, em 2025, possam ser 48 países, aumentando, em 2050, para 54 países.

As políticas económicas que acompanham a introdução do “pacote biológico” tendem a defender os interesses dos proprietários mais poderosos. Por exemplo, no acesso ao crédito conseguem taxas de juro mais baixas, enquanto os pequenos proprietários são forçados a recorrer a familiares ou a agiotas. O resultado é o alargamento do fosso entre ricos e pobres. Outra área crítica é a das políticas de preços dos bens agrícolas, em especial dos cereais. Como os preços são muito baixos, as ofertas locais de alimentos vão escasseando e muitos países têm de recorrer à importação. O desenvolvimento rural apenas pode ter sucesso com direitos seguros de posse das propriedades. Quando o pequeno agricultor é expulso da terra a que se encontra profundamente ligado não é só o seu bem-estar material que fica posto em causa: é também a sua auto-estima e as expectativas de progresso pessoal e familiar. A reforma agrária envolve uma redistribuição dos direitos de propriedade ou da utilização de terras, a favor dos camponeses sem propriedades ou com propriedades muito pequenas. Esta pode tomar várias formas: transferência de propriedade para os arrendatários que já trabalham a terra, criando assim propriedades familiares (Japão, Coreia do Sul, Taiwan); transferência de terras das grandes propriedades para os pequenos agricultores (México); cooperativas rurais (Cuba) ou propriedades estatais (Peru); e apropriação de grandes propriedades para novos assentamentos (Quênia). A reforma agrária exige um investimento financeiro considerável, cada vez mais difícil de obter com o declínio da ajuda internacional ao desenvolvimento. Também os interesses consideráveis pela posse da terra e a corrupção podem impedir o registo correcto dos títulos e a transferência das terras. Muitas das reformas agrárias nos países menos desenvolvidos falharam porque os governos (em especial na América Latina) cederam às pressões políticas dos grandes proprietários. Além disso, uma reforma agrária não é, *per se*, garantia de um desenvolvimento rural bem sucedido: ela precisa de ser levada a cabo juntamente com outras medidas. Assim, apesar de essencial, é provável que a aplicação de uma reforma agrária seja ineficaz e talvez até mesmo, contra-produtiva, se não se verificarem as mudanças institucionais necessárias. Nas áreas rurais existe todo um quadro desfavorável que passa por infra-estruturas, equipamentos e serviços inexistentes ou deficientes. Outra área de actuação prende-se com a atracção de investidores, recorrendo a incentivos que possam contrabalançar o quadro desfavorável. À luz do fracasso geral das políticas de industrialização em larga escala surgiu o interesse – em especial por parte de ONG - pela indústrias rurais, como forma de minimizar o desemprego e a pobreza.

Vejam agora em concreto, o que tem acontecido nas áreas rurais das grandes regiões do Mundo em Desenvolvimento e aquilo que é necessário fazer para dar resposta no futuro.

4. Breve Análise do Mundo Rural no Mundo em Desenvolvimento

4.1. África Sub-Sahariana

Segundo o Banco Mundial, em nenhuma outra região do mundo, a *performance* da agricultura será tão importante para o crescimento económico e a redução da pobreza como na África Sub-Sahariana. O domínio colonial estimulou as “*cash crops*” (cacau, algodão, café, amendoim, óleo de palma), orientadas para o mercado Europeu. Mas embora ainda hoje subsista a exploração agrícola herdada dos colonizadores, o modo de vida da maioria dos Africanos assenta na prática de uma agricultura de subsistência. Todaro (1997: 312-313)

aponta uma combinação de três forças históricas para explicar o carácter de subsistência e a reduzida produtividade: a família agrícola apenas cuida e planta pequenas áreas, utilizando métodos e ferramentas tradicionais; a exiguidade do terreno leva a que este seja cultivado de forma intensiva, o que torna a agricultura itinerante o método mais económico; e o trabalho apenas é escasso nos momentos de maior azáfama, nas épocas de cultivo e de monda. No resto do ano, a maioria dos trabalhadores está sub-empregada. A agricultura de subsistência tem estado sujeita a pressões de diversa ordem que a “empurram” para áreas cada vez mais marginais, com solos pobres e chuvas incertas. Esta situação, juntamente com guerras civis e fracas redes de distribuição de alimentos, foi determinante nas fomes que assolaram, nas últimas décadas, muitas partes de África. Por outro lado, muitos países apresentam grandes déficits alimentares devido a políticas que desencorajam a produção de alimentos de consumo geral, através da baixa artificial dos preços. Pretende-se alimentar populações cada vez mais numerosas, em especial nas áreas urbanas e estimular a produção de colheitas de exportação. As políticas comerciais também contribuíram para estes problemas: a América do Norte, a Europa Ocidental e o Japão são impiedosamente proteccionistas quanto aos produtos alimentares. Ora, é precisamente neste domínio que os países Africanos podem oferecer produtos competitivos. Também os conselhos de especialistas potenciaram muitos desastres. Por exemplo, no Burkina Faso e no Sahel, a FAO encorajou os agricultores a cultivarem batata. Daí resultou uma colheita abundante, mas que não seria vendida, ficando a apodrecer nos mercados locais, uma vez que a batata era vista como um produto exótico, sem qualquer referência na dieta local (Agnew e Knox, 1998: 303-304). De acordo com o Banco Mundial (1997: 45-46), o mundo rural na África Sub-Sahariana enfrenta, hoje, três grandes desafios: aumentar a produção e elevar os rendimentos, numa região onde 90% dos pobres vivem em áreas rurais, gastando boa parte dos seus rendimentos na alimentação; estimular o desenvolvimento rural, pois o sucesso depende de uma estratégia que inclua o fornecimento de serviços, a construção de vias de comunicação, um quadro financeiro favorável e redes de comercialização; e concretizar e coordenar os vários programas existentes, concertando as visões dos agentes aos vários níveis (destacando-se a participação das comunidades locais).

4.2. América Latina

Os colonizadores implantaram um sistema de plantação baseado em colheitas de exportação, ignorando a agricultura para consumo interno. Aquando do colapso mundial dos anos 30, a agricultura orientada para a exportação foi muito penalizada. Este facto levou à emergência de nacionalismos activos, frequentemente militares, que visavam a industrialização e a diminuição da dependência da exportação das culturas das plantações. É assim que, nos anos 40, vários países adoptam políticas de substituição de importações que mantêm baixos os preços dos produtos agrícolas, políticas essas que, a partir dos anos 60, se começam a tornar dispendiosas, dada a crescente necessidade de adquirir equipamentos. Num processo que se acelerou durante a década de 70, esta política foi sendo preterida por um novo modelo em que a agricultura é vista como um sector importante para alcançar maiores exportações e garantir o equilíbrio externo. No entanto, as políticas públicas continuaram a ser discriminatórias, favorecendo os grandes donos de terras. A distribuição geográfica do crédito oficial, da mecanização, das infra-estruturas, da I&D e da “Revolução Verde” reflecte o sistema de posse da terra. Por exemplo, no Perú, entre 1940 e 1965, cerca de metade do crédito concedido teve como destinatários os produtores de algodão, os exportadores agrícolas mais ricos da região costeira (Agnew e Knox, 1998: 301). Se se excluirmos os países que, nos últimos 60 anos, levaram a cabo reformas agrárias drásticas (México, Bolívia e Cuba), a estrutura agrária da América Latina apresenta um

padrão uniforme: um pequeno número de latifundiários que controla grande parte das terras agrícolas, enquanto um grande número de minifundiários sobrevive com o que consegue retirar da pequena fracção de terra que ocupa. De acordo com a FAO, nesta região do mundo, 1,3% dos proprietários rurais detém 71,6% das terras cultivadas! Embora em termos económicos se assuma que os recursos são utilizados de forma mais eficiente nas grandes propriedades, o latifúndio é um sistema agrário ineficiente. A evidência empírica mostra que as pequenas propriedades são mais eficientes (custos médios mais baixos) na maioria dos casos. Os grandes proprietários de terras valorizam a sua posse, não pela contribuição para a produção agrícola, mas pelo poder e prestígio que ela traz. Assim, grande parte da terra permanece inactiva ou é cultivada de forma menos intensiva do que os minifúndios. Também os custos das várias operações realizadas nos latifúndios, especialmente as de supervisão do trabalho contratado, são muito superiores aos das pequenas propriedades, que muitas vezes utilizam o trabalho familiar.

Para o Banco Mundial (1997: 48) colocam-se hoje três grandes desafios ao desenvolvimento rural na América Latina: redução da pobreza, predominante nas áreas rurais mas que se tem vindo a deslocar para a periferia das áreas urbanas; melhoria da distribuição da terra; e a gestão sustentável dos recursos, uma vez que a actual pressão humana sobre áreas frágeis (destruição da floresta para implantação da agricultura, sabendo que este uso esgotará os solos) põe em causa a sobrevivência futura.

4.3. Ásia

Aqui registam-se as maiores densidades populacionais rurais do mundo: 691 habitantes por km² na Ásia do Leste e no Pacífico e 537 na Ásia do Sul (Banco Mundial, 2001). As populações estão organizadas em sistemas agrícolas com aspectos característicos, bem diferentes dos da América Latina ou da África. Gunnar Myrdal identificou 3 forças que moldaram o padrão tradicional de posse da terra: a intervenção das autoridades colonizadoras europeias; a progressiva introdução de transacções monetarizadas e o correspondente poder crescente dos agiotas; e o rápido crescimento populacional. A estrutura agrária tradicional, organizada em torno da aldeia, sofre alterações com a chegada dos colonizadores. Os efeitos fazem-se sentir nos direitos de propriedade e, indirectamente, reflectem-se na monetarização da economia e no crescimento populacional. O sistema europeu de propriedade privada veio criar novos direitos de propriedade. Em consequência, a coesão da aldeia foi abalada, sendo atribuídos direitos aos donos das terras para dispor delas e para aumentar as rendas. Além disso, os proprietários eram liberados da obrigação de fornecer à aldeia segurança e outros serviços, passando o governo a desempenhar estas funções. Assim, os proprietários passaram de receptores de tributos, com responsabilidades para com a comunidade, para donos absolutos, livres de obrigações, pagando apenas contribuições prediais. Hoje, o típico proprietário de terras do Sul da Ásia (Bangladesh, sudeste da Índia) vive na cidade e entrega o trabalho da terra a arrendatários que pagam renda e partilham com ele as colheitas. Em muitos aspectos, a sua posição na estrutura económica e social da comunidade rural assemelha-se à do latifundiário Latino-americano (embora este último viva na sua propriedade) e as implicações na eficiência e produtividade são idênticas. O grande contraste nesta região é entre a China (onde não existe agricultura de exportação e a economia rural tem estado organizada em torno da posse colectiva da terra) e países como a Malásia ou as Filipinas, onde a agricultura de exportação (de borracha e açúcar, respectivamente) é importante e onde, fora das plantações, o sistema de arrendamento é dominante (Agnew e Knox, 1998: 306). A criação de direitos individuais de propriedade aumentou o poder do agiota, um dúbio agente da mudança. A terra tornou-se um bem negociável que os camponeses podem apresentar como garantia em empréstimos: no caso de incumprimento,

a terra pode ser confiscada pelos agiotas. Acresce que, devido ao aumento da procura de alimentos nas cidades e para responder às necessidades das potências colonizadoras, a agricultura de subsistência orienta-se para o mercado. Com esta transição, o papel do agiota muda drasticamente. Na agricultura de subsistência, o agiota emprestava dinheiro aos camponeses para estes fazerem face a alguns anos de más colheitas ou para cobrirem despesas extraordinárias (cerimónias de casamento ou funerais, por exemplo), sendo a maioria paga em géneros. Com a agricultura comercial, as necessidades monetárias dos camponeses aumentam, uma vez que é necessário comprar sementes, fertilizantes, ou até mesmo alimentos (no caso de mudança para colheitas produzidas unicamente para venda, como o chá ou a borracha). A rápida taxa de crescimento populacional, especialmente nos últimos 30 anos, é a terceira grande força que tem alterado a estrutura agrária tradicional. Este crescimento reflecte-se na fragmentação das terras sob cultivo, contribuindo para o nascimento de grandes proprietários de terras (apesar de tudo, uma concentração da posse das terras inferior à da América Latina), o fim dos pequenos proprietários e o aumento dos “sem-terra”. De pequenos proprietários tornaram-se arrendatários; depois em trabalhadores rurais sem terra; mais tarde, em errantes sem trabalho; e, finalmente em emigrantes, vivendo em bairros miseráveis nas franjas das áreas urbanas. Muitas centenas de milhões de pessoas na Ásia e na América Latina estão nesta situação: ficaram presas num ciclo de pobreza crónica, do qual não existe escapatória, na ausência de reformas de fundo. Com efeito, apesar do rápido crescimento agrícola, $\frac{3}{4}$ da pobreza absoluta localiza-se na Ásia e mais de $\frac{4}{5}$ deles vivem em áreas rurais (Agnew e Knox, 1998: 308). De referir que grande parte do crescimento agrícola se concentra nas colheitas de exportação ou em cereais (trigo, arroz), pois foi aí que incidiram as tecnologias da “Revolução Verde” (sobretudo na Índia e no Paquistão). Estas tecnologias não puderam ser aplicadas em áreas sem sistemas de irrigação que, na Índia correspondem, ainda hoje, a 80% da área cultivada e no Bangladesh a 90% (Agnew e Knox, 1998: 308). Ainda segundo o Banco Mundial (1997: 47), os grandes desafios para esta região são: a redução da pobreza, muito significativa nas áreas rurais; a redefinição do papel do Estado na agricultura, removendo as distorções do mercado; e a gestão dos recursos hídricos, que passa pela resolução de um conjunto de problemas (disputas sobre a afectação da água; crise na distribuição dos serviços de irrigação; agravamento das consequências das inundações e da salinização; e a poluição dos aquíferos que ameaça o abastecimento da água para consumo).

Bibliografia

- AGNEW, John e KNOX, Paul– *The Geography of The World Economy*, London, Arnold (Hodder Headline Group), 1998.
- DIXON, J. *et al* (2001) – *Global Farming Systems Study: Challenges and Priorities to 2030 (Synthesis and Global Overview)*, FAO.
- FIK, Thimoty J. (2000) – *The Geography of Economic Development: Regional Changes, Global Challenges*, McGraw-Hill, Boston, pp. 116-142 e 184-204.
- FISHER, James S. (1995) – *Geography & Development: A World Regional Approach*, 5ª edição, Prentice Hall, New Jersey.
- GILLIS, Malcolm *et al* (1996) – *Economics of Development*, 4ª edição, W. W. Norton & Company, New York, pp. 423-455.
- POTTER *et al* (1999) – *Geographies of Development*, Longman, Essex, pp. 250-284.

Regina Salvador

SARRIS, Alexander H. (2001) - *The Role of Agriculture in Economic Development and Poverty Reduction: An Empirical and Conceptual Foundation*, Paper, Rural Development Department of the World Bank.

SILVA, Margarida (2001b) – Por Este Andar, in *Notícias Magazine*, nº495, 18 de Novembro, Lisboa, pp. 10-18.

WORLD BANK (1997) – *Rural Development: From Vision To Action*, Environmental and Socially Sustainable Development Studies and Monograph Series, nº 12.

